



Plano Nacional de Saúde 2011-2016

Contributo da Ordem dos Farmacêuticos

A Ordem dos Farmacêuticos reconhece a grande importância que o Plano Nacional de Saúde assume na concretização de uma política de saúde, delineada de acordo com as necessidades em saúde dos Portugueses e com o consequente estabelecimento de metas que maximizem a obtenção de ganhos em saúde de forma eficiente. “Mais Valor em Saúde” define bem as metas que queremos atingir como País, necessariamente assente num compromisso transsectorial, numa base de consenso alargado, em que a transparência e as decisões baseadas na melhor evidência devem constituir-se como pilares.

A Ordem dos Farmacêuticos assume o Plano Nacional de Saúde como um instrumento estratégico, que define além das metas mencionadas, eixos de desenvolvimento que se pretendem alinhados com as políticas sectoriais da saúde e intersectoriais. Este alinhamento de esforços é fundamental para que o PNS não seja apenas um documento construído com base numa audição pública e contribuição colectiva da sociedade portuguesa. É um pressuposto determinante para que os programas, projectos e actividades dos agentes da saúde se transformem num compromisso efectivo de todos na construção de um sistema de saúde eficiente, com qualidade, capaz de inovar sem comprometer a sustentabilidade e avaliado de forma positiva pelos cidadãos.

O contributo da Ordem dos Farmacêuticos é feito nesta base de transparência, confiança e compromisso e corresponde a uma reflexão aprofundada da política de saúde em Portugal, na evolução dos níveis de saúde observados, na necessidade de melhorar alguns indicadores de saúde e no pressuposto de que um Sistema de Saúde capaz de dar respostas efectivas às necessidades



dos portugueses deve integrar os profissionais de saúde nas suas diversas áreas de competência, conciliando a prestação de cuidados de saúde no sector público e privado, num modelo de integração e continuidade dos cuidados.

Os farmacêuticos portugueses têm prestado cuidados de saúde em diversas áreas ao longo da história do SNS. Não têm contudo, estes serviços sido integrados de forma consistente no plano de cuidados de saúde prestados aos doentes, tão pouco valorizados pelas autoridades que não rentabilizam o potencial da actividade farmacêutica em áreas como a identificação precoce de patologias e factores de risco, a racionalização do uso do medicamento e a promoção da saúde. Mas têm sido valorizados pelos doentes e pelos cidadãos, motivo mais do que suficiente para que a Ordem dos Farmacêuticos continue a garantir que esta prestação de cuidados de saúde se continua a fazer com qualidade, defendendo de forma inequívoca a medição do impacto que a assistência farmacêutica tem nos níveis de saúde, qualidade de vida e satisfação dos portugueses (1).

O Plano Nacional de Saúde 2011-2016 é para os farmacêuticos um compromisso que se renova, porque coloca à disposição dos agentes da saúde as capacidades, competências e determinação que os farmacêuticos têm demonstrado no exercício das suas actividades assistenciais, públicas e privadas.

1) Como perspectiva a articulação da Ordem dos Farmacêuticos com o PNS?

A Ordem dos Farmacêuticos (OF) reconhece a transparência do processo de construção do PNS 2011-2016 e está totalmente disponível para todos os contributos que forem entendidos como necessários, através do seu ponto focal e dos representantes da OF nos programas nacionais e verticais

(1) (Valorização dos actos farmacêuticos em farmácias comunitárias, Gouveia e col).



no âmbito do Plano Nacional de Saúde. Actualmente, a OF tem representantes nos Programas Nacionais de Prevenção e Controlo da DPOC e da Asma, da Diabetes e Obesidade. Existem outros programas em que a OF não tem sido chamada a colaborar e em que tem a expectativa de poder vir a dar um contributo, respectivamente a Doença Cardiovascular, Infecção VIH Sida e Doença Oncológica.

2) Identifique as **áreas prioritárias** para o PNS 2011-2016 na óptica da OF?

A OF identifica algumas áreas prioritárias de intervenção **no âmbito dos eixos estratégicos** identificados no PNS, respectivamente:

- Acesso aos Cuidados de Saúde
- Qualidade em Saúde
- Políticas Saudáveis
- Cidadania

l) O **acesso aos cuidados de saúde** deve ser fundamentado num modelo de **integração e continuidade de cuidados**, que privilegie os Cuidados de Saúde Primários como plataforma de entrada e gestão dos planos de saúde dos portugueses. Um modelo integrador, com processos de referenciação e comunicação interprofissional facilitadores do percurso do cidadão nas várias redes de cuidados é determinante como vector de sustentabilidade do sistema de saúde. Identificamos, por isso, como área prioritária, a evolução rápida do SNS para um modelo de cuidados que incorpore a gestão integrada da doença, no qual a **gestão integrada da terapêutica** assume uma particular relevância. Referimo-nos, especificamente, à prestação de serviços e cuidados na área da garantia da reconciliação da terapêutica (com particular



relevância quando o doente recebe alta de um episódio de internamento e transita para o nível dos cuidados de saúde primários), adesão à terapêutica, suporte técnico na utilização efectiva de fármacos que utilizam dispositivos e minimização de erros de medicação. Incluímos igualmente neste domínio, a monitorização dos efeitos da terapêutica com recurso a exames complementares de diagnóstico. Incluímos também a identificação precoce de marcadores de risco da doença, como veículo poupador de recursos, tendo em atenção os custos associados ao subdiagnóstico em patologias crónicas, sobretudo na Diabetes e na Doença Cardiovascular. Este tipo de serviços assistenciais tem, em nosso entender, total enquadramento num modelo integrador de cuidados, reforçando serviços de comprovado valor para o cidadão e para o sistema de saúde, numa lógica de transferência de responsabilidades geradoras de eficiências no sistema. No âmbito da doença crónica, parece-nos particularmente importante uma abordagem integrada da Diabetes, Doenças Cardiovasculares, Asma e DPOC e Infecção por VIH SIDA.

II) No domínio da **Qualidade em Saúde**, é nosso entender que constitui área prioritária de intervenção o estabelecimento de processos de melhoria e avaliação do impacto da prática clínica e organizacional na segurança do doente. A diminuição da variabilidade na prestação de cuidados de saúde, através da adopção de Normas de Orientação Clínica e Terapêutica, terá um impacto determinante na obtenção de ganhos em saúde de forma mais eficiente, garantindo, simultaneamente, a introdução da inovação em saúde com base em critérios de custo-effectividade. Uma outra área temática à qual é dado relevo é a acreditação das unidades de saúde e a investigação sobre a satisfação do cidadão com os cuidados que lhe são prestados.



III) No âmbito do eixo relativo às **políticas saudáveis**, são consideradas áreas prioritárias para a OF a adopção de **programas de prevenção e redução de riscos no âmbito da cessação tabágica e do excesso de peso**. É nosso entender que só programas suficientemente transversais, transectoriais, integradores e continuados podem ter o sucesso pretendido. Neste contexto, os serviços de saúde de proximidade podem ter um papel determinante e a utilização de recursos técnicos e tecnológicos já disponíveis nas farmácias do ambulatório pode incrementar de forma significativa a obtenção de resultados positivos nas metas previstas nestes domínios. Transversalmente, o combate à **iliteracia em saúde** pode e deve ser potenciado neste tipo de programas.

IV) A **investigação em saúde** é outra das temáticas que identificamos como prioritárias. Neste contexto, parece-nos particularmente importante o enfoque na investigação clínica, quer na criação de condições competitivas para a realização de ensaios clínicos, quer no domínio da epidemiologia clínica. A **farmacoepidemiologia e gestão do risco no medicamento** e a **investigação em serviços de saúde** são áreas às quais a OF atribui uma relevância crescente e que devem ser consistentemente integradas na agenda das prioridades para a investigação em saúde em Portugal e respectivo financiamento. Quer a OF ainda realçar a enorme importância que atribui à avaliação da efectividade relativa e do custo-efectividade das tecnologias em saúde, particularmente dos medicamentos, pela elevada repercussão que assume no impacto do crescimento dos encargos com a saúde e conseqüentemente na sustentabilidade financeira do sistema.

V) Finalmente, é considerada prioridade para a OF a adopção de **tecnologias de informação e comunicação (TIC)** que contribuam para a prestação de cuidados de saúde mais efectivos, mais seguros, mais custo-



efectivos, mais equitários e que garantam o acesso aos cuidados de saúde de acordo com padrões de qualidade elevados. A integração de modelos de e-saúde no estreitamento da ligação entre o cidadão e os profissionais de saúde, o incremento na partilha de informação de forma a promover o emponderamento do cidadão na gestão da sua saúde devem ser considerados estratégicos para este PNS. Naturalmente que um destaque particular deve ser dado ao processo de construção do registo de saúde electrónico do cidadão e da adopção de sistemas de informação em saúde que constituam um suporte real à prática de cuidados de saúde.

3) No contexto da Comissão de Acompanhamento prevista aquando da implementação do PNS 2011-2016 como descreve o papel da OF?

A Comissão de Acompanhamento do PNS 2011-2016 terá, seguramente, a função de monitorizar o nível de implementação das estratégias nele definidas, focalizando-se na produção de indicadores de processos e avaliação dos indicadores de resultados que melhor traduzam o grau de concretização das metas pré-definidas. A Ordem dos Farmacêuticos está disponível para colaborar no processo de monitorização e avaliação das estratégias transversais nas áreas de intervenção que mais relacionadas estão com a actividade farmacêutica no âmbito do Sistema Nacional de Saúde.

4- Identifique as 4-5 áreas em que o PNS poderia apoiar as actividades da OF?

As áreas transversais prioritárias em que a OF intervém no âmbito das actividades desenvolvidas pelos farmacêuticos são: a qualidade em saúde, a gestão integrada da doença com particular enfoque na gestão integrada da terapêutica, o planeamento de recursos humanos na saúde e a investigação



em saúde. Nestes domínios, entende a OF que seria desejável existir um elevado grau de convergência nas metas, estratégias e métodos de avaliação com o PNS.

5) Qual a expectativa da OF em relação ao desenvolvimento da articulação para a partilha de informação, identificação de políticas e avaliação de impacto?

A OF assume ter uma elevada expectativa na qualidade e intensidade da articulação entre as equipas de coordenação a nível técnico e político do PNS e as instituições que compõe o Conselho Consultivo. Acredita a OF que a partilha de informação e discussão previstas são consistentes com o elevado grau de transparência e participação que tem caracterizado quer a avaliação do PNS 2004-2010 quer a construção e consolidação do PNS 2011-2016. Defendemos que uma articulação efectiva se concretiza no envolvimento dos profissionais de saúde, dos cidadãos e dos responsáveis políticos com o conseqüente compromisso para alcançar as metas definidas através de um consenso alargado.